

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.486 - MG
(2018/0246478-8)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : ROGÉRIO PRAXEDES DE ALMADA
REPR. POR : RONY PRAXEDES VIEIRA - CURADOR
ADVOGADOS : JONAS NUNES DOS SANTOS JUNIOR - MG089632
ROBERTHA ANDRADE DE ALMEIDA E OUTRO(S) -
MG170445
EMBARGADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORES : MARCONI BASTOS SALDANHA - MG036735
IZABELLA FERREIRA FABBRI NUNES E OUTRO(S) -
MG143518

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022, CPC/2015. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA.

1. Os embargos declaratórios são cabíveis quando houver contradição nas decisões judiciais ou quando for omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar o juiz ou tribunal, ou mesmo correção de erro material, na dicção do art. 1.022 do CPC vigente, algo inexistente no caso concreto.
2. Não há vício de fundamentação quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia, de maneira sólida e fundamentada.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator